
**PROCESSOS
PEDAGÓGICOS,
DESIGUALDADE SOCIAL E
DESIGUALDADE
EDUCATIVA**

**PEDAGOGICAL PROCESSES, SOCIAL INEQUALITY, AND EDUCATIONAL
INEQUALITY**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 25/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/782359532](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/782359532)

Maria de Jesus Ferreira Santana¹

Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte²

RESUMO

Este artigo analisa os processos pedagógicos como dimensões centrais na produção e no enfrentamento das desigualdades educativas no contexto do capitalismo contemporâneo. Parte-se do entendimento de que a desigualdade educacional se articula a determinações sociais, econômicas e culturais, intensificadas pela racionalidade neoliberal. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, fundamenta-se em autores críticos para examinar as transformações do capitalismo e seus impactos sobre o trabalho e a educação, evidenciando o deslocamento da função social da escola para a formação de sujeitos flexíveis e individualmente responsabilizados por suas trajetórias escolares. Analisa-se, ainda, a racionalidade neoliberal como lógica que reconfigura a organização escolar, o trabalho docente e os processos pedagógicos, submetendo-os a princípios empresariais e mecanismos de padronização e desempenho. Por fim, discute-se a relação entre diferença, pobreza e escolarização, demonstrando como práticas pedagógicas e políticas educacionais podem atuar na produção da desigualdade, ao classificar e hierarquizar os sujeitos a partir de padrões homogêneos. Verifica-se que os processos pedagógicos consistem em espaços de disputa política e simbólica e que a construção de uma educação comprometida com a justiça social exige práticas críticas voltadas para o enfrentamento das desigualdades estruturais e a afirmação da educação como direito social.

Palavras-chave: Ensino; Desigualdade educacional; Neoliberalismo; Capitalismo contemporâneo; Justiça social.

ABSTRACT

This article analyzes pedagogical processes as central dimensions in both the production of and resistance to educational inequalities in

the context of contemporary capitalism. It is based on the understanding that educational inequality is articulated with social, economic, and cultural determinants, intensified by neoliberal rationality. The research, bibliographic in nature and qualitative in approach, draws on critical authors to examine transformations in capitalism and their impacts on work and education, highlighting the displacement of the school's social function toward the formation of flexible subjects who are individually held responsible for their educational trajectories. The study also analyzes neoliberal rationality as a logic that reconfigures school organization, teaching work, and pedagogical processes, subjecting them to managerial principles and mechanisms of standardization and performance. Finally, it discusses the relationship between difference, poverty, and schooling, demonstrating how pedagogical practices and educational policies may contribute to the production of inequality by classifying and hierarchizing subjects according to homogeneous standards. The findings indicate that pedagogical processes constitute arenas of political and symbolic dispute and that the construction of an education committed to social justice requires critical practices aimed at confronting structural inequalities and affirming education as a social right.

Keywords: Teaching; Educational inequality; Neoliberalism; Contemporary capitalism; Social justice.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais historicamente constituídas nas sociedades capitalistas contemporâneas manifestam-se de forma profunda nos sistemas educacionais, incidindo diretamente sobre o acesso, a permanência e a qualidade da escolarização oferecida aos diferentes grupos sociais. Longe de se apresentarem como

fenômenos episódicos ou circunstanciais, essas desigualdades estruturam-se a partir de processos históricos, econômicos e culturais que produzem hierarquizações sociais duradouras, refletidas de maneira contundente no campo educacional.

No contexto brasileiro, a produção e a manutenção dessas desigualdades assumem contornos particulares, ancorados em uma formação social marcada pela colonização violenta, pela escravização sistemática de populações negras e indígenas e pela consolidação de uma elite agroescravista que historicamente concentrou poder político, econômico e simbólico. Trata-se de um processo histórico atravessado por dimensões simbólicas e culturais que naturalizam a exclusão estrutural e produzem ambivalências profundas na organização social e institucional do país. Essa herança histórica repercute diretamente na educação, configurando um cenário em que desigualdades sociais e educacionais se reforçam mutuamente.

Cruz e Barros (2025) ressaltam que esse cenário decorre da atuação de uma elite fundiária, intelectual e política que estabeleceu as bases de um Estado patrimonialista, operando historicamente segundo os interesses das classes dominantes e relegando as camadas populares à invisibilidade social e à subalternidade. Essa estrutura de poder contribuiu para a consolidação de um sistema educacional desigual, no qual a escola, muitas vezes, atua mais como mecanismo de reprodução social do que como espaço efetivo de democratização do conhecimento.

Nesse contexto, os processos pedagógicos assumem centralidade analítica, uma vez que não se constituem como instrumentos técnicos de ensino, e sim como práticas sociais permeadas por

disputas políticas, econômicas e culturais. Esses processos podem tanto reforçar quanto tensionar as desigualdades estruturais que perpassam a sociedade. Segundo Cruz e Barros (2025, p. 2), no campo educacional essa desigualdade estrutural expressa-se de maneira particularmente perversa, “assumindo diversas formas de exclusão – explícitas e sutis – que operam tanto na organização física e pedagógica das instituições” quanto nos discursos que legitimam a escola como espaço neutro e universal.

A materialização dessas desigualdades no cotidiano escolar revela-se por meio de inúmeros desafios, como a precarização da infraestrutura das escolas, a insuficiência de recursos didáticos, a fragilidade das políticas de permanência estudantil, a elevada rotatividade docente e a desvalorização do trabalho pedagógico. Essas condições produzem um cenário de instabilidade que compromete a qualidade do ensino e amplia as assimetrias educacionais, especialmente para os estudantes oriundos das classes populares.

Dessa forma, as discussões teóricas e os debates mobilizados ao longo deste estudo fundamentam-se em leituras críticas que possibilitam compreender como os processos pedagógicos se articulam às dinâmicas sociais mais amplas, contribuindo para classificar, hierarquizar e, em muitos casos, excluir sujeitos no interior do processo de ensino e aprendizagem. Parte-se do entendimento de que a educação escolar, longe de constituir um espaço neutro, é atravessada por racionalidades econômicas, disputas simbólicas e mecanismos institucionais que impactam diretamente as trajetórias formativas dos indivíduos.

Do ponto de vista metodológico, o artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada na análise crítica de obras e artigos científicos selecionados a partir de sua relevância teórica e pertinência temática. Foram privilegiados textos que discutem as transformações do capitalismo contemporâneo, a relação entre educação e trabalho, a crítica às políticas educacionais de orientação neoliberal e os processos de produção e reprodução da desigualdade no interior da escola. Dentre os autores analisados, destacam-se Duarte (2013), Freitas (2025), Keil (2007), Laval (2019), Popkewitz (2015), Tiballi (2020), cujas contribuições possibilitam compreender a educação como uma prática social historicamente situada e politicamente orientada.

O objetivo principal deste artigo consiste em evidenciar de que maneira os processos pedagógicos se articulam às dinâmicas da desigualdade social, contribuindo para a produção, legitimação ou enfrentamento das desigualdades educativas. A investigação busca, assim, analisar a influência do capitalismo nas relações entre trabalho e educação, compreender os efeitos da racionalidade neoliberal sobre a organização escolar e refletir sobre as relações entre pobreza, diferença e escolarização no espaço educacional.

Para desenvolver essas reflexões, o texto organiza-se em seções que abordam, inicialmente, as transformações do capitalismo e seus impactos sobre o trabalho e a educação. Em seguida, analisa-se a racionalidade neoliberal e seus efeitos sobre a organização escolar e os processos pedagógicos. Posteriormente, discute-se a produção da desigualdade educativa a partir da relação entre diferença, pobreza e escolarização. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais são sintetizados os principais achados do estudo e discutidas suas implicações para o campo educacional.

2. CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: BASES ESTRUTURAIS DA DESIGUALDADE

Ao discutir o capitalismo contemporâneo e suas influências sobre o trabalho e a educação, é imprescindível retomar a compreensão de que os processos educativos não se desenvolvem de forma dissociada das transformações sociais, econômicas e históricas. Nesse sentido, José Clécio Souza (2018, n. p.) enfatiza que:

A educação está presente em todas as sociedades e passa por diversas mudanças ao longo do tempo. A sociedade, de uma forma ou de outra, se educa – e a educação molda o homem e, a depender da finalidade dela na sociedade, pode ser utilizada como forma de dominação ou de libertação. É necessário que haja educação para que a sociedade se desenvolva, tenha cidadãos críticos. A evolução da educação está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade.

Essa compreensão permite reconhecer que os saberes construídos pelos sujeitos resultam não somente escolarização formal, como também das experiências vividas no âmbito familiar, comunitário e cultural. Brandão (1981, p. 8) contribui para essa reflexão ao afirmar que:

[...] a educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. [...] A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.

É nesse horizonte que se inserem as contribuições de Paulo Freire (1996), cuja crítica à pedagogia bancária evidencia o caráter político do ato educativo. Ao rejeitar a concepção de educandos como recipientes passivos do conhecimento, o autor propõe uma pedagogia fundamentada no diálogo, na problematização da realidade e no reconhecimento da historicidade dos sujeitos oprimidos. A educação, nessa perspectiva, assume um compromisso ético e político com a humanização e com a superação das injustiças sociais, entendida como prática de liberdade e de transformação da realidade por meio da práxis consciente.

Entretanto, as formulações freirianas enfrentam limites quando confrontadas com as transformações estruturais do capitalismo ao longo dos séculos XX e XXI, que produziram profundas alterações nas formas de organização do trabalho e, conseqüentemente, nas exigências direcionadas à educação escolar. A transição do capitalismo industrial para modelos de produção flexíveis, financeirizados e baseados no trabalho imaterial redefiniu, além dos processos produtivos, os discursos que atribuem à educação a

responsabilidade pela adaptação contínua dos sujeitos às demandas do mercado.

Keil (2007, p. 16) analisa esse movimento ao destacar que a “[...] passagem para um modelo pós-industrial intensifica a centralidade do conhecimento, da informação e da formação contínua como elementos estratégicos para a acumulação de capital”. Nesse cenário, a educação tende a ser progressivamente instrumentalizada, subordinando-se às lógicas de produtividade, eficiência e competitividade próprias do sistema capitalista, o que esvazia seu potencial emancipatório e reforça seu papel como mecanismo de qualificação da força de trabalho.

Embora a educação seja frequentemente apresentada como instrumento privilegiado de exercício da cidadania e de emancipação social, essa concepção entra em contradição com o modo como historicamente ela se desenvolveu, assumindo formas e conteúdos condicionados pelas relações materiais de produção e reprodução da vida social. De acordo com Brito (2012), a escola se organiza a partir de normas, valores e objetivos socialmente estabelecidos, anteriores à própria inserção do sujeito no espaço escolar. Ainda que vivencie um processo de universalização do acesso, a educação escolar pode, simultaneamente, operar como instância de inclusão formal e de exclusão material e simbólica.

Essa contradição torna-se ainda mais evidente quando se observa a forma como o sistema educacional lida com as desigualdades de classe. Jessé Souza (2024), ao analisar a condição da denominada “ralé brasileira”, denuncia o modo pelo qual a escola naturaliza o fracasso escolar das classes subalternas, atribuindo-lhes a responsabilidade individual por trajetórias marcadas pela exclusão

estrutural. Segundo o autor, “[...] as camadas populares são excluídas de seus direitos simbólicos, representadas como incapazes e moralmente inferiores, o que legitima sua exclusão dos bens escassos da educação de qualidade” (Souza, 2024, p. 145). Nesse cenário, a escola deixa de ser um espaço de ascensão e se converte em mais um instrumento de distinção e hierarquização social.

Essa reconfiguração do papel da escola contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais, posto que o acesso a uma educação de qualidade permanece condicionado à posição social dos indivíduos. A promessa de mobilidade social por meio da escolarização, amplamente difundida nos discursos meritocráticos, revela-se limitada e desigual, visto que desconsidera as condições materiais, culturais e simbólicas que moldam as trajetórias dos sujeitos desde antes de sua entrada no sistema educacional.

Freitas (2025) amplia essa análise ao demonstrar que o conhecimento passa a assumir tanto o papel de força produtiva quanto de mercadoria, redefinindo a natureza do trabalho e da educação escolar. Esse processo intensifica a responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso escolar, obscurecendo as determinações estruturais que produzem e reproduzem a desigualdade educativa. Nesse contexto, a escola tende a reforçar mecanismos de seleção, classificação e hierarquização, legitimando desigualdades sob o discurso da meritocracia e da neutralidade pedagógica.

Destarte, os processos pedagógicos não podem ser compreendidos de maneira isolada, uma vez que estão inscritos em um contexto socioeconômico mais amplo que condiciona suas finalidades, conteúdos e práticas. Portanto, a relação entre capitalismo, trabalho

e educação constitui uma base estrutural relevante para a compreensão das desigualdades sociais e educativas que atravessam o sistema escolar contemporâneo, transformando o ensino em um campo de disputas ideológicas, classificatórias e profundamente marcado por contradições.

3. RACIONALIDADE NEOLIBERAL, ESCOLA E RECONFIGURAÇÃO DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

Antes de abordar diretamente o neoliberalismo, é pertinente retomar algumas reflexões de Mészáros (2008), para quem a superação das contradições estruturais do capitalismo exigiria a construção de um projeto socialista de caráter coletivo e global, sustentado por um amplo movimento de massas. Embora o autor reconheça que esse horizonte histórico se apresente como distante no contexto do capitalismo globalizado contemporâneo, sua análise ressalta a necessidade de tensionar criticamente as bases do sistema vigente. Sob essa perspectiva, ainda que transformações estruturais profundas não se realizem de forma imediata, a ação cotidiana orientada pela conscientização dos sujeitos acerca de seu papel social e político é elemento fundamental para a construção de alternativas contra-hegemônicas.

É nesse cenário que se consolida o neoliberalismo como racionalidade política e econômica dominante nas últimas décadas, produzindo impactos significativos sobre a forma como a educação escolar é concebida, organizada e avaliada. Mais do que um conjunto de políticas econômicas pontuais, o neoliberalismo constitui uma lógica normativa que redefine valores, práticas e finalidades da escola, incidindo diretamente sobre os processos pedagógicos e sobre o papel social atribuído à educação (Dardot;

Laval, 2016). Essa racionalidade se articula à reconfiguração do Estado, à flexibilização das relações de trabalho e à ampliação de mecanismos de mercado em esferas tradicionalmente compreendidas como direitos sociais.

Ainda que definições de caráter mais descritivo apontem o neoliberalismo como uma doutrina econômica e política surgida no século XX, associada às formulações de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, cujo objetivo consiste em reduzir a intervenção estatal e valorizar o livre mercado, essa compreensão revela-se insuficiente para apreender a profundidade de seus efeitos sobre a vida social. Dardot e Laval (2016) argumentam que o neoliberalismo não se limita a uma orientação econômica, dado que consiste em uma racionalidade que produz e reproduz determinadas formas de sociabilidade, modos de vida e subjetividades, estendendo a lógica do capital a todas as esferas da existência humana.

No campo educacional, essa racionalidade manifesta-se de maneira particularmente intensa. Laval (2019, p. 52) destaca que a escola, sob a lógica neoliberal, passa a ser progressivamente tratada como uma empresa, orientada por princípios de eficiência, desempenho, competitividade e resultados mensuráveis. Nesse modelo, o conhecimento tende a ser instrumentalizado e reduzido a competências utilitárias, em detrimento de uma formação crítica, humanística e socialmente comprometida. Como consequência, os processos pedagógicos têm seu sentido deslocado, deixando de priorizar a formação integral dos sujeitos para atender, prioritariamente, às demandas do mercado de trabalho.

A aplicação dessa lógica empresarial à educação contribui para o aprofundamento das desigualdades educativas, visto que intensifica

mecanismos de padronização, ranqueamento e responsabilização individual. Escolas, professores e estudantes passam a ser avaliados a partir de indicadores de desempenho que desconsideram as condições sociais, culturais e econômicas nas quais os processos educativos se desenvolvem. Laval (2019, p. 61) afirma que esse movimento legitima a “[...] ideia de que o sucesso ou o fracasso escolar são resultados exclusivos do esforço individual, ocultando as desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional”.

Tiballi (2020, p. 4) amplia essa discussão ao situar a crise da educação no interior de “[...] uma crise mais ampla da sociedade contemporânea, marcada pelo enfraquecimento do compromisso do Estado com a garantia dos direitos sociais”. Para a autora, os desafios enfrentados pela escola não podem ser compreendidos apenas como problemas de ordem pedagógica ou administrativa, mas como expressão de disputas políticas em torno do projeto de sociedade que se busca consolidar. Nesse contexto, os processos pedagógicos tornam-se espaços de tensionamento entre perspectivas emancipadoras e racionalidades voltadas para a adaptação funcional dos sujeitos às exigências do capital.

Nota-se que a incorporação acrítica de práticas gerencialistas no cotidiano escolar afeta de maneira significativa o trabalho docente, restringindo sua autonomia pedagógica e redefinindo sua função social. O professor passa a ser concebido como executor de metas, protocolos e resultados previamente estabelecidos, o que empobrece o processo educativo e limita as possibilidades de construção coletiva e crítica do conhecimento. Essa dinâmica incide de forma ainda mais intensa sobre as escolas situadas em contextos de vulnerabilidade social, aprofundando desigualdades históricas e reforçando mecanismos de exclusão.

Diante desse cenário, a análise da racionalidade neoliberal aplicada à educação evidencia que os processos pedagógicos estão longe de serem neutros. Ao contrário, encontram-se atravessados por interesses econômicos e políticos que contribuem para a produção e a manutenção da desigualdade educativa. Entende-se que reconhecer criticamente esse movimento é condição fundamental para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, a democratização do acesso ao conhecimento e a defesa da educação como direito social.

4. DIFERENÇA, POBREZA E A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE EDUCATIVA

Para Tiballi (2020, p. 2), “a crise nas sociedades capitalistas se instaura quando os homens que vivem nestas sociedades não conseguem resolver os problemas sociais que eles próprios criaram”. Esse diagnóstico demonstra a incapacidade estrutural do sistema capitalista de enfrentar as desigualdades que engendra, especialmente nos países marcados por profundas assimetrias sociais e econômicas. No campo educacional, essa crise revela-se de forma contundente, uma vez que a educação, embora frequentemente proclamada como prioridade nos discursos oficiais, não se consolida, na prática, como direito efetivamente garantido às camadas populares.

Conforme expõe Tiballi (2020, p. 4):

Em primeiro lugar, devemos considerar que nas sociedades capitalistas, em especial na maioria dos países pobres ou em vias de desenvolvimento, a educação não é prioridade política dos governantes. Embora as políticas públicas para a Educação, respaldadas pelos organismos internacionais de financiamento como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), afirmem o contrário, o processo de escolarização da maioria das crianças e dos jovens nesses países não se completa integralmente. No percurso escolar muitos dos que ingressam na escola pública são dela excluídos antes de completarem os ciclos de ensino considerados obrigatórios.

Diante desse cenário, fica claro que a desigualdade educativa não se restringe ao acesso desigual aos sistemas de ensino, uma vez que se expressa também nas formas pelas quais a escola reconhece, classifica e trata as diferenças sociais, culturais e econômicas dos sujeitos. As políticas públicas e as práticas pedagógicas, longe de serem neutras, participam ativamente da produção dessas desigualdades, ao estabelecerem critérios de normalidade e desempenho que desconsideram as condições concretas de vida dos estudantes.

Compreender a relação entre diferença, pobreza e escolarização revela-se, portanto, fundamental para analisar os mecanismos por

meio dos quais os processos pedagógicos contribuem para a reprodução da desigualdade educativa. Embora desigualdade e pobreza sejam conceitos distintos, a realidade marcada por múltiplas vulnerabilidades, especialmente no contexto brasileiro, denota a estreita articulação entre ambos. Como bem argumentam Chizzotti e Casali (2020), a pobreza não pode ser reduzida exclusivamente à dimensão da renda ou do patrimônio, pois envolve aspectos simbólicos, culturais e políticos que incidem diretamente sobre as possibilidades de participação social e de acesso aos direitos.

As análises de Piketty (2014, p. 9) reforçam essa compreensão ao demonstrar que,

Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis.

Essa dinâmica, observada historicamente no século XIX e com fortes indícios de recorrência no século XXI, aprofunda as disparidades econômicas e sociais, repercutindo de maneira direta nos sistemas educacionais e nas oportunidades de escolarização oferecidas às populações mais pobres.

Nesse contexto, Popkewitz (2015, p. 320) problematiza as políticas de reconhecimento da diferença ao evidenciar que, paradoxalmente, práticas e discursos que se propõem a valorizá-la podem atuar como

dispositivos de produção da desigualdade. Ao classificar, categorizar e normatizar os estudantes a partir de padrões específicos de desempenho, comportamento e aprendizagem, a escola constrói hierarquias que legitimam desigualdades sob o discurso da inclusão e da equidade. Assim, a diferença deixa de ser compreendida como expressão legítima da diversidade humana e passa a ser tratada como déficit, carência ou inadequação a ser corrigida.

Ao classificar, categorizar e normatizar os estudantes a partir de determinados padrões de desempenho e comportamento, a escola produz hierarquias que legitimam desigualdades sob o discurso da inclusão e da equidade. Assim, a diferença deixa de ser compreendida como expressão da diversidade humana e passa a ser tratada como déficit a ser corrigido.

Essa lógica incide de forma particularmente intensa sobre estudantes em situação de pobreza, cujas experiências sociais, culturais e linguísticas frequentemente não correspondem aos códigos valorizados pela cultura escolar dominante. Duarte (2013) analisa criticamente a relação entre educação e pobreza ao destacar que a escola tende a atribuir o fracasso escolar a fatores individuais ou familiares, desconsiderando os determinantes estruturais que produzem a exclusão social. Essa perspectiva reforça estigmas, naturaliza desigualdades e desloca a responsabilidade do Estado e das políticas públicas para os próprios sujeitos excluídos.

Nesse cenário, os processos pedagógicos adquirem caráter ambíguo. Por um lado, podem reforçar mecanismos de exclusão ao adotarem práticas homogêneas, padronizadas e descontextualizadas das realidades sociais dos estudantes. Por outro, apresentam potencial transformador quando orientados por

uma compreensão crítica das desigualdades sociais e por um compromisso ético-político com a justiça social. A construção de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas exige o reconhecimento de que a pobreza não resulta de falhas individuais, e sim de processos históricos, econômicos e sociais complexos que condicionam as trajetórias educacionais.

Com base nas contribuições de Duarte (2013) e Popkewitz (2015), pode-se afirmar que a desigualdade educacional não é um efeito colateral indesejado do sistema escolar, e sim um fenômeno produzido no interior das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e das racionalidades que orientam a organização da escola. Questionar esses mecanismos implica repensar o papel social da educação e dos processos pedagógicos, visando à construção de uma escola comprometida com a equidade, o reconhecimento da diversidade e a efetivação do direito à educação como dimensão fundamental da justiça social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite inferir que os processos pedagógicos se encontram articulados às dinâmicas sociais, econômicas e culturais que estruturam a sociedade contemporânea. Assim, a desigualdade educacional não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou restrito ao âmbito pedagógico, uma vez que consiste em uma expressão concreta das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas no interior do sistema capitalista, especialmente sob a hegemonia da racionalidade neoliberal.

Foi possível compreender que as transformações do capitalismo, sobretudo em sua fase cognitiva, redefinem o papel atribuído à educação e ao trabalho, deslocando para a escola a função de formar sujeitos flexíveis, adaptáveis e permanentemente responsabilizados por sua própria empregabilidade. Esse movimento transfere para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar, ao mesmo tempo em que oculta as determinações estruturais que limitam o acesso equitativo aos bens educacionais. Nesse contexto, os processos pedagógicos tendem a operar como dispositivos de seleção, classificação e hierarquização social.

E mais, ficaram evidentes os efeitos da racionalidade neoliberal sobre a organização escolar e sobre o trabalho docente. A incorporação de princípios empresariais à educação fragiliza o caráter público da escola, restringe a autonomia pedagógica dos professores e esvazia o sentido formativo dos processos educativos. Esses efeitos incidem de maneira mais intensa sobre as populações socialmente vulnerabilizadas, ampliando as desigualdades educativas e comprometendo a efetivação do direito à educação de qualidade.

No que se refere à produção da desigualdade no interior da escola, observou-se que o modo como a diferença e a pobreza são tratadas nos processos pedagógicos pode reforçar estigmas, naturalizar desigualdades e legitimar práticas excludentes. Ao classificar, normatizar e avaliar os estudantes a partir de padrões homogêneos de desempenho e comportamento, a escola participa ativamente da fabricação da desigualdade educativa, mesmo quando mobiliza discursos orientados pela inclusão e pela equidade.

Diante desse cenário, é imprescindível reafirmar os processos pedagógicos como espaços de disputa política e de possibilidade de transformação social. A construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social exige uma compreensão crítica das condições históricas, econômicas e culturais que produzem a desigualdade, bem como o fortalecimento de projetos educativos que reconheçam a educação como direito social e como prática cultural dotada de potencial emancipatório.

Ao vincular-se à Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, este artigo reafirma a necessidade de pensar a educação para além de seus aspectos técnicos e instrumentais, compreendendo-a como prática social situada, atravessada por relações de poder, interesses econômicos e disputas simbólicas. Essa perspectiva contribui para o fortalecimento de uma abordagem crítica da educação, capaz de tensionar as desigualdades estruturais e de ampliar as possibilidades de construção de uma escola socialmente referenciada, democrática e comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRITO, Gracy Kele Miranda de. *A sociedade contemporânea e a influência capitalista na educação*. 2012. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-sociedade-contemporanea-e-a-influencia-capitalista-na-educacao/92366>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CHIZZOTTI, Antônio; CASALI, Alípio. Desigualdade, pobreza e diferença: precariedade na vida escolar. *Educação e Filosofia*,

Uberlândia, v. 34, n. 70, p. 193-222, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/revedfil.v34n70a2020-49541>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CRUZ, Lucas Cassemiro; BARROS, Atila. A desigualdade social no Brasil e seus impactos estruturais sobre a educação. *Revista Tópicos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 21, 2025. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/a-desigualdade-social-no-brasil-e-seus-impactos-estruturais-sobre-a-educacao>. Acesso em: 09 jan. 2026.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Natália de Souza. Uma crítica da relação entre educação e pobreza. In: YNNOULAS, Sílvia Cristina (Org.). *Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada*. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 67-86.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira. Razão e cultura no capitalismo cognitivo: repercussões no trabalho e na formação humana. *Revista Cocar*, n. 44, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/11209>. Acesso em: 10 jan. 2026.

KEIL, Ivete. Do capitalismo industrial ao pós-industrial: reflexões sobre trabalho e educação. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 15-21, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5681>.

Acesso em: 11 jan. 2026.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do Capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POPKEWITZ, Thomas S. Reconhecendo a diferença e fabricando a desigualdade. In: CATANI, Denice Bárbara; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *O que faz a escola? Elementos para a compreensão da vida escolar*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2015. p. 317-343.

SOUSA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vivem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOUZA, José Clécio Silva e. Educação e História da Educação no Brasil. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 23, nov. 2018.

Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 13 jan. 2026.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. Crise da sociedade, crise da educação: desafios políticos e perspectivas pedagógicas para a educação escolar. *Educativa*, Goiânia, v. 23, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/educ.v23i1.8749>. Acesso em: 12 jan. 2026.

¹ Artigo apresentado ao Programa de Mestrado Acadêmico do Centro Universitário Mais – UniMais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). LATTES: <https://lattes.cnpq.br/9649554065378575>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9146-4772>

² Professor Orientador. Doutor em Educação. Docente do Centro Universitário Mais – UniMais. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). LATTES: <http://lattes.cnpq.br/24849730265260409>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4459-7537>.